

## ANÁLISE DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RLE Nº 07/2024

**OBJETO:** "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."

RECORRENTE:	R. PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
RECORRIDA:	CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232

### 1. DAS PRELIMINARES

1.1. Trata-se de procedimento licitatório eletrônico da Lei nº 13.303/2016, para a "Contratação de empresa para elaboração de projeto básico/executivo de engenharia para a implantação da EF-232 - Ferrovia Transnordestina, no segmento compreendido entre Salgueiro/PE e Porto de Suape/PE, e de variantes e contornos pontuais distintos."

1.2. Em sede de admissibilidade, foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, conforme Razões de Recurso registradas no Licitações-e.

1.2.1. Após análise e julgamento dos preços ofertados e de sua documentação de habilitação, sagrou-se vencedora a proposta da Recorrida.

1.2.2. Ato contínuo, foram recebidos os Recursos Administrativos e as Contrarrazões da Recorrente e da Recorrida acima identificados, os quais são objeto de análise neste documento.

### 2. DAS RAZÕES DA RECORRENTE

2.1. Insurge a Recorrente contra a decisão que classificou e habilitou a Proposta do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, requerendo que sejam acolhidas as razões apresentadas a seguir, no sentido de reformar a referida decisão, com base nos seguintes motivos:

#### 2.2. I - AUSÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

2.2.1. Inicialmente, alega que a Recorrida não atendeu na integralidade aos requisitos editalícios para cumprimento da qualificação técnica profissional, conforme excerto do recurso administrativo da Recorrente (8598059):

##### "a - Engenheiro Especialista Terraplanagem

Informamos que, após análise da documentação da licitante supracitada, observamos que a mesma deixou de atender a qualificação técnica profissional, mais precisamente no subitem 14.10.6. Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL – REFERÊNCIA G do Edital, e iremos detalhar os motivos, conforme abaixo:

REFERÊNCIA G – Engenheiro Especialista – Terraplanagem - Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos e/ou estudos de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM"

De acordo com o subitem 14.10.6 do Edital "Os profissionais propostos para a equipe técnica devem atender integralmente aos requisitos estabelecidos na Tabela 3 para fins de habilitação". A referida tabela estabelece que a área de formação de todos os profissionais seja Engenharia Civil, inclusive do Engenheiro Especialista – Terraplanagem, porém o referido Consórcio apresentou uma profissional para a disciplina de Terraplanagem formada em área diferente da exigida, no caso a Engenharia Cartográfica, estando em desacordo com o exigido no Edital.

Tabela 3 - PRODUTOS - EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

Referência	Categoria Profissional	Número de Profissionais	Exigência de qualificação técnica profissional
A	Coordenador Geral do Contrato	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos comprovada em função de responsável técnico, ou de Coordenador, ou de Gerente, ou de Supervisor em Serviços de Engenharia Consultiva, ou de Gerenciamento de Empreendimentos, função esta relacionada à Infraestrutura de Transportes e na qual esteja contemplado o Planejamento de Empreendimento ou a consultoria em Projetos ou a consultoria em Estudos de Engenharia.
B	Engenheiro Especialista - Drenagem OAC	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência comprovada em elaboração de Projetos de Estudos Hidrológicos, Drenagem, e Obras de Arte Correntes de ferrovias e rodovias, sendo preferível o domínio do sistema BIM.
C	Engenheiro Especialista - Geometria	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil e conhecimentos comprovados em softwares de desenvolvimento de Projetos Geométricos, tais como, Autocad Civil 3D ou similar - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos geométricos ferroviário, rodoviário ou metroviário, sendo preferível o domínio do sistema BIM.
D	Engenheiro Especialista - Geotecnia	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos e/ou estudos de geotecnia ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM.
E	Engenheiro Especialista - OAE	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos e/ou estudos de Obras de Arte Especiais ferroviárias, rodoviárias ou metroviárias, sendo preferível o domínio do sistema BIM.
F	Engenheiro Especialista - Superestrutura	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos e/ou estudos de superestrutura ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM.
G	Engenheiro Especialista - Terraplanagem	1	Profissional de nível superior sênior - Formação em Engenharia Civil - Experiência Profissional ≥ 10 (dez) anos de experiência profissional comprovada em elaboração de projetos e/ou estudos de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM.

Além disso, o não atendimento a formação profissional engenheiro civil para a categoria terraplanagem, interfere na composição do orçamento, tendo em vista que os salários das categorias são divergentes com base na referência do "Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra – DNIT" mês

de referência janeiro/2024.

Outro fator a ser considerado é com relação as atribuições do Engenheiro Cartógrafo, que não são condizentes com as atividades a serem realizadas para a especialidade indicada, especificamente para o tipo de projeto, no caso ferroviário.

Diante de todo o exposto, podemos concluir que a indicação de um profissional com formação na área de Engenharia Cartográfica para a categoria de Engenheiro Especialista em Terraplanagem:

- Está em desacordo com o exigido no Edital;
- Causa impacto na precificação da proposta, obtendo-se vantagem econômica;
- Não possui as mesmas competências e atribuições de um Engenheiro Civil."

2.3. Por fim, requereu que sejam avaliados, criteriosamente, todos os itens aqui mencionados por essa eficiente e eminente Comissão de Licitação, conforme fundamentação supra, para:

## II - DO REQUERIMENTO

Revogar a decisão que habilitou o CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232, em virtude de o mesmo não atender as exigências previstas e contidas no edital.

## 3. DAS CONTRARRAZÕES

3.1. Em sede de contrarrazões, a Recorrida se manifestou tempestivamente, por intermédio do documento SEI nº 8623433, em síntese:

*"Adiante, encontram-se expostas as razões pelas quais o recurso em destaque não deve prosperar.*

### ***I - DO CUMPRIMENTO DA EXIGÊNCIA DE CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL POR PARTE DO CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT***

*No presente certame, as exigências de habilitação referentes ao capítulo de capacidade técnico-profissional se acham dispostas no item 14.10 do edital. Entre outras imposições, o instrumento convocatório, nesse ponto, requereu a apresentação de atestados de capacidade técnica, sendo no mínimo 1 (um) atestado para cada categoria de profissional indicada no item 14.10.6.*

*Nesse item, o instrumento convocatório elenca um total de 7 parcelas de maior relevância a serem comprovadas pelas licitantes, sendo que a última delas diz respeito à "elaboração de projetos e/ou estudos de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, sendo preferível o domínio do sistema BIM". Por parte do profissional detentor dos atestados, exigiu-se experiência profissional maior ou igual a 10 anos, bem como formação de nível superior sênior em engenharia. Vejamos:*

...

*O Consórcio Recorrido cumpriu integralmente as exigências de qualificação técnico-profissional anteriormente mencionadas. Tanto assim, que foi considerado habilitado por essa respeitável CPL. Quanto à parcela referente ao projeto de terraplanagem ferroviária, rodoviária ou metroviária, o Consórcio apresentou, em sua documentação de habilitação, atestações em nome da Engenheira Maria Angela Nava, diplomada em 16 de janeiro de 1981 pela Universidade Federal de Pernambuco. Em seu nome, foi apresentado um total de 10 atestados, relativos a serviços executados entre os anos de 2001 e 2022.*

*As atestações dizem respeito a projetos de complexas obras viárias, sendo que, em todos eles, a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava aparece como engenheira especialista responsável pelos projetos de terraplanagem de obras viárias, ou seja, a profissional em destaque não apenas compôs a equipe que cuidou dos referidos projetos, mas assumiu a responsabilidade técnica pela integralidade dos projetos de terraplanagem.*

***Vale mencionar, inclusive, que, entre os atestados apresentados, o de nº 7 diz respeito à elaboração do projeto executivo de infraestrutura e de superestrutura das obras de implantação da Ferrovia Transnordestina no Estado de Pernambuco, cuja licitação foi levada a efeito pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado. Nesse contrato, a Engenheira Maria Angela Nava assumiu, como de praxe, a responsabilidade pelo projeto de terraplanagem.***

*Isso significa, portanto, que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar projetos dessa natureza.*

*Aliás, caso houvesse alguma extrapolação das atribuições do engenheiro cartógrafo no fato de esse profissional assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projeto de terraplanagem de obra viária, o CREA teria se negado a registrar as anotações de responsabilidade técnica em nome da Maria Angela Nava, algo que não ocorreu. Na verdade, consultando a documentação técnica apresentada em nome da referida profissional, o que se observa é que a cada atestação emitida corresponde a pertinente Certidão de Acervo Técnico - CAT emitida pelo CREA competente, o que, na prática, elimina qualquer cogitação em torno de uma possível atuação profissional desbordante por parte da mencionada engenheira.*

*Já sobre a alegação de que a indicação de uma engenheira cartógrafa deveria ter repercutido no custo de contratação da referida profissional, resultando em uma proposta de valor inferior à apresentada, tal argumento é manifestamente improcedente, uma vez que a proposta apresentada pelo Consórcio Recorrido faz referência, nesse particular, à posição de "Engenheiro de Projetos Sênior" (código P8067), não havendo qualquer indicação específica para Engenheiro Civil no orçamento de referência.*

*Assim, a indicação de um engenheiro cartógrafo não traz qualquer impacto nos números finais da proposta, visto que o engenheiro que irá desempenhar a função de projetista já está contemplado nos custos planejados, independentemente da formação (ex. civil, elétrico, mecânico ou cartógrafo/agrimensor).*

*Já quanto ao argumento de que a habilitação do Consórcio recorrido representaria violação ao princípio da isonomia, em razão do que foi decidido sobre a habilitação do Consórcio Engespro-Engemap, tampouco merece prosperar o recurso nesse ponto. Vale salientar que o referido consórcio foi excluído do certame por: (a) não ter apresentado atestados e certidões que comprovassem o tempo mínimo de experiência do "Engenheiro Especialista - Geometria"; e (b) não ter sido apresentado o diploma comprovando a formação acadêmica do profissional indicado. Para que não restem dúvidas, segue o quadro avaliativo elaborado por essa respeitável comissão de licitação:*

...

*Ora, a não apresentação dos documentos técnicos exigidos pelo edital é falta gravíssima e que deve, necessariamente, ensejar a inabilitação do licitante. Tal situação não possui qualquer semelhança com o cenário delineado para o Consórcio Recorrido, que efetivamente apresentou cada um dos documentos exigidos pelo edital. Assim, é evidente a fragilidade do argumento relativo a uma suposta quebra de isonomia em razão do entendimento adotado para o Consórcio Engespro-Engemap.*

*Pois bem, dito tudo isso, já é possível concluir que a irresignação da Recorrente não encontra respaldo normativo, tratando-se de interpretação da norma editalícia que não encontra sustentação na regulamentação do exercício profissional das especialidades da engenharia, além de se apegar a um formalismo excessivo no intuito de confundir a comissão de licitação e induzi-la ao erro, no que tange à habilitação do Consórcio TPF-NORCONSULT - EF-232.*

...

### ***II - DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE: A VEDAÇÃO DO EXCESSO DE RIGOR NA INTERPRETAÇÃO DO EDITAL***

*No caso dos autos, conforme demonstrado anteriormente, a profissional indicada pelo Consórcio Recorrido para dar cumprimento ao exigido no item 14.10.6, parcela "G", do edital (projeto de terraplanagem de obra viária) já atuou como engenheira especialista corresponsável pela elaboração do projeto de terraplanagem do trecho pernambucano dessa mesma Ferrovia Transnordestina. Tal contrato foi firmado no ano de 2009 junto ao Estado de Pernambuco e foi integral e satisfatoriamente executado, sendo que a Engenheira Cartógrafa Maria Angela Nava figura na atestação emitida pela SDEC/PE como corresponsável técnica pelo projeto de terraplanagem do trecho pernambucano da ferrovia (atestado nº 07).*

*Agrediria o bom senso e o princípio da razoabilidade eventual decisão da VALEC que rejeitasse o nome dessa mesma engenheira para atuar exatamente no escopo por ela executado relativamente à mesma ferrovia Transnordestina. Isso porque a atestação constante dos autos já demonstrou que a engenheira em destaque detém as credenciais técnicas necessárias à elaboração de projeto de terraplanagem da Ferrovia Transnordestina. Rejeitar o seu nome para esse mesmo serviço, neste instante, corresponderia a verdadeiro absurdo, contrário ao juízo mais elementar de razoabilidade, justamente por decorrer de uma interpretação do edital excessivamente rigorosa, que despreza a realidade para tolher indevidamente a competitividade do certame.*

...

*Portanto, na interpretação dos editais de licitação, deve-se buscar o sentido que privilegie a maior participação e não o contrário. Na espécie dos autos,*

a única forma de se atingir um nível razoável de formalismo na interpretação do edital é aceitando que uma profissional da engenharia que já entregou um projeto de terraplanagem para essa mesma ferrovia Transnordestina, tendo executado à perfeição essa tarefa, possa ser indicada para novamente se desincumbir dessa atividade, sobretudo porque o atestado técnico por ela apresentado apresenta um nível de proximidade com os serviços a serem desempenhados que supera em muito a mera semelhança.

No caso em apreço, o descarte da proposta do Consórcio Recorrido em função de uma exegese desarrazoada de um único item do instrumento convocatório colide com a finalidade precípua dos procedimentos licitatórios, vale dizer, a obtenção da proposta mais vantajosa para a entidade, a partir de seleção marcada pela ampla competitividade. Aliás, em sua jurisprudência selecionada, o Tribunal de Contas da União possui excerto que consagra a ideia de que, ainda que exista defeito na proposta ou documentação apresentada – algo que se admite, no presente caso, apenas para efeito de argumentação – a proposta mais vantajosa não deve ser excluída do certame, quando o problema verificado disser respeito a um único item editalício.

...

Tal entendimento se aplica à perfeição ao caso ora em análise, sobretudo porque a profissional indicada pelo Consórcio recorrido comprovou, sem espaço a questionamentos, que está tecnicamente habilitada para responder pelo projeto de terraplanagem da Ferrovia Transnordestina. A rejeição dessa documentação, portanto, decorreria de uma leitura do edital que despreza a realidade dos fatos para se ater a um formalismo de visão estreita que prejudica a competitividade do certame, algo que não pode ser aceito, porque contrário, entre outros, ao princípio da razoabilidade."

3.2. Ao final, requereu que sejam acolhidas as contrarrazões apresentadas, no sentido de que "seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante R PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., especificamente no ponto relativo à habilitação do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232, haja vista o notório cumprimento, por parte do Recorrido, de todos os requisitos fixados no edital."

### "III - PEDIDO

Por todo o exposto, o Recorrido requer seja negado provimento ao recurso administrativo interposto pela licitante R PEOTTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA., especificamente no ponto relativo à habilitação do CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT – EF-232, haja vista o notório cumprimento, por parte do Recorrido, de todos os requisitos fixados no edital."

## 4. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES PELA ÁREA TÉCNICA:

4.1. Posto o encarte acima, passa-se a analisar o amago do Recurso Administrativo pela empresa Recorrente, que, como já foi possível concluir, versa sobre as exigências de qualificações técnicas do instrumento convocatório. O cerne da questão é se o Consórcio CONSÓRCIO TPF-NORCONSULT EF-232 cumpriu os requisitos exigidos pelo Edital em questão de Qualificação Técnica Profissional.

4.2. Em aperta síntese, a Recorrente pontuou que o edital foi claro ao delimitar, para o Engenheiro Especialista em Terraplanagem, a formação de nível Superior em Engenharia Civil, logo a Engenheira Maria Ângela, designada como especialista para a disciplina de terraplanagem pela Recorrida, não comprovou formação em engenharia civil e sim em engenharia cartográfica, estando em desacordo com as premissas do edital.

4.3. Outra alegação trazida pela Recorrente da conta que as atribuições do Engenheiro Cartográfico, que não são condizentes com as atividades a serem realizadas para a especialidade indicada, especificamente para o tipo de projeto, citando trechos da Resolução nº 218/73 do CONFEA. Quando a esse ponto a profissional demonstrou a experiência necessária a atividade na documentação apresentada e acatada pelo CREA.

4.4. Continuamente, alega que aceitar condição diferente da exigida em edital, quanto a formação para profissional para o Especialista em Terraplanagem, interfere na justa concorrência uma vez que isso afeta a composição de preço do orçamento, tendo em vista que os salários das categorias são divergentes com base na referência do "Relatório de Consolidação dos Custos de Mão de Obra – DNIT" mês de referência janeiro/2024. Argumentação relevante quando se pensa em garantir as condições isonômicas de disputa do certame.

4.5. Em contrapartida a Recorrida alegou que não será a primeira vez que a referida profissional assumirá a responsabilidade pela elaboração do projeto de terraplanagem da ferrovia Transnordestina, uma vez que já atuou na elaboração desse mesmo projeto em outro trecho da ferrovia, o que comprova, de maneira cabal, sua plena capacitação para elaborar projetos dessa natureza, e que caso houvesse alguma extrapolação das atribuições do engenheiro cartógrafo no fato de esse profissional assumir a responsabilidade técnica pela elaboração de projeto de terraplanagem de obra viária, o CREA teria se negado a registrar as anotações de responsabilidade técnica em nome da Maria Angela Nava, algo que não ocorreu.

4.6. Pois bem, passa-se para análise técnica de toda a argumentação apresentada, ponto a ponto:

### 4.7. I. Da suposta ausência de qualificação técnica profissional

#### 4.8. Engenheiro Especialista - Terraplanagem

4.8.1. Ao reanalisar os documentos apresentados pela Recorrida, esta área técnica entendeu por acatar as justificativas postas pela Recorrente, uma vez que, embora a profissional tenha apresentado documentação sobre sua atuação em projetos de terraplanagem, ao reanalisar os documentos apresentados pela Recorrida, esta área técnica decidiu acatar as justificativas da Recorrente. Isso se deve ao fato de que, apesar de a Engenheira Cartográfica Maria Ângela Nava ter **apresentado documentação de sua atuação na elaboração de projetos de terraplanagem**, o Termo de Referência, na Tabela 3, do item 6.5, especifica categoricamente a necessidade de formação em Engenharia Civil para a categoria de engenheiro especialista em terraplanagem. Assim, a profissional apresentada pela Recorrida é formada em Engenharia Cartográfica, portanto, não atende aos requisitos especificados no Termo de Referência.

### 4.9. II. Do suposto impacto na precificação da proposta

4.9.1. A requerente alega que o não atendimento para a formação profissional de engenheiro civil para a categoria terraplanagem, interfere na composição do orçamento, tendo em vista que os salários das categorias são divergentes com base na referência do DNIT, o que causaria um impacto na precificação, pois a diferença dos custos entre as categorias é de aproximadamente 10,33%, fazendo com que a requerida obtivesse vantagem econômica.

4.9.2. Em suas contrarrazões a Recorrida informa que tal argumento é manifestamente improcedente, uma vez que a proposta apresentada pelo Consórcio Recorrido faz referência, nesse particular, à posição de "Engenheiro de Projetos Sênior" (código P8067), não havendo qualquer indicação específica para Engenheiro Civil no orçamento de referência.

4.9.3. Assim, a recorrida alegou que a indicação de um engenheiro cartógrafo não traria qualquer impacto nos números finais da proposta, visto que o engenheiro que irá desempenhar a função de projetista já está contemplado nos custos planejados, independentemente da formação (ex. civil, elétrico, mecânico ou cartógrafo/agrimensor).

4.9.4. Não se pode deixar de dar a devida atenção à flagrante desorganização nos argumentos da recorrente, que tratou do orçamento referencial. Ratifica-se que o orçamento da Administração cumpriu adequadamente o propósito que se propôs de representar a ordem de grandeza dos preços dos diversos produtos.

4.9.5. Como exposto anteriormente, a Recorrida foca sua tese em cima de questionamento no aspecto pontual do orçamento da Administração, mas, em princípio, desconsidera o exame técnico de todo o arcabouço documental procedido pela Infra.

4.9.6. Quanto aos demais pontos explorados pela recorrida em suas contrarrazões, esta área técnica registra convergência de entendimento, portanto posiciona-se no sentido de acatar as justificativas trazidas pela Recorrida.

## 5. DA CONCLUSÃO

5.1. Ante exposto, considerando as razões recursais e o conteúdo do requerimento da Recorrente, esta área técnica conclui que, em relação à Qualificação Técnica Profissional, o Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232 não cumpriu todos os requisitos exigidos pelo Termo de Referência, pois descumpriu o subitem 6.5., Tabela 3 – PRODUTOS – EXIGÊNCIAS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL, apresentando uma

profissional com formação diferente da prevista no Termo de Referência.

5.2. Portanto, esta área técnica entende que o Consórcio TPF-NORCONSULT EF-232 deve ser considerado **inabilitado** quanto à Qualificação Técnica Profissional para a Categoria Profissional Engenheiro Especialista - Terraplenagem.

(assinado eletronicamente)  
ALESSANDRA ESPINELI SANT'ANNA  
Gerente de Projetos de Engenharia

(assinado eletronicamente)  
LUIZ GONZAGA DE SOUSA CONGUÊ  
Gerente de Custos

De acordo, encaminha-se à DIREM.

(assinado eletronicamente)  
SÉRGIO NUNES DE FARIA  
Superintendente de Projetos e Custos

De acordo, encaminha-se à Comissão Permanente de Licitação, C/C à SULIC e à DIRAF (para ciência).

(assinado eletronicamente)  
ANDRÉ LUÍS LUDOLFO DA SILVA  
Diretor de Empreendimentos



Documento assinado eletronicamente por **Sérgio Nunes de Faria, Superintendente de Projetos e Custos**, em 29/07/2024, às 11:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Gonzaga de Souza Congue, Gerente de Custos**, em 29/07/2024, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Espineli Sant'Anna, Gerente de Projetos de Engenharia**, em 29/07/2024, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **André Luís Ludolfo da Silva, Diretor de Empreendimentos**, em 29/07/2024, às 11:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&acao\\_origem=documento\\_conferir&lang=pt\\_BR&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **8603935** e o código CRC **10C68855**.



Referência: Processo nº 50050.001106/2024-99



SEI nº 8603935

SAUS, Quadra 01, Bloco 'G', Lotes 3 e 5. Bairro Asa Sul, - Bairro Asa Sul  
Brasília/DF, CEP 70.070-010  
Telefone: